



CONCURSO PÚBLICO

TRIBUNAL DE CONTAS

PERNAMBUCO



PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

TIPO 1

ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO

CONTAS PÚBLICAS

MANHÃ



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala a folha para a marcação das respostas e a folha de textos definitivos.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

A questão discursiva deverá ser redigida com o máximo de **25 (vinte e cinco)** linhas.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da **folha de respostas** e o preenchimento da **folha de textos definitivos**.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas e na folha de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Confira o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com tipo diferente do impresso em sua folha de respostas ou em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas ou da folha de textos definitivos em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levados em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e os escritos na folha de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Leia o seguinte trecho da obra *Auto da Compadecida*, do escritor paraibano Ariano Suassuna:

BISPO: Quem é Severino do Aracaju?

SACRISTÃO: Um cangaceiro, um homem horrível.

SEVERINO: E deixe de me chamar de capitão, que eu não gosto.

BISPO: E como hei de chamá-lo então?

SEVERINO: Severino, que é meu nome de batismo.

PADRE: É que nós não temos coragem de chamar uma pessoa tão importante de Severino.

Adaptado de SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*. 39 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018, p. 102-104.

A fala do padre produz um efeito de ironia porque

- (A) atribui ao cangaceiro uma importância incompatível com a situação apresentada, utilizando um elogio que, no contexto, sugere receio e submissão diante de sua presença.
- (B) reformula o tratamento dado ao personagem a partir de uma avaliação implícita de sua posição no grupo, o que justifica a alteração do modo como ele é nomeado pelos demais.
- (C) desloca o foco da identidade do personagem para a forma de tratamento, sugerindo que a escolha do nome depende do grau de reconhecimento social atribuído ao indivíduo.
- (D) sugere que o nome de batismo do personagem não condiz com a imagem de autoridade construída em torno de sua figura, produzindo tensão entre nomeação e *status*.
- (E) busca adequar a linguagem ao contexto de tensão da cena, evitando uma forma de tratamento direta que pudesse intensificar o conflito já estabelecido.

2

Leia o início da crônica “A aliança”, de Luiz Fernando Veríssimo.

Ele estava voltando para casa como fazia, com fidelidade rotineira, todos os dias à mesma hora.

Furou-lhe um pneu. Com dificuldade ele encostou o carro no meio-fio e preparou-se para a batalha contra o macaco. Conseguiu fazer o macaco funcionar, ergueu o carro, trocou o pneu e já estava fechando o porta-malas quando a sua aliança escorregou pelo dedo sujo de óleo e caiu no chão.

Ele deu um passo para pegar a aliança do asfalto, mas sem querer a chutou. A aliança bateu na roda de um carro que passava e voou para um bueiro. Onde desapareceu diante dos seus olhos, nos quais ele custou a acreditar. Limpou as mãos o melhor que pôde, entrou no carro e seguiu para casa.

Adaptado de VERÍSSIMO, L. F., *As mentiras que os homens contam*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

No segundo parágrafo, o emprego do pronome oblíquo em “Furou-lhe um pneu” contribui para

- (A) indicar a presença de um sujeito indeterminado, responsável direto pela ação verbal expressa na oração.
- (B) marcar a ênfase no agente da ação, destacando a participação ativa do personagem na ocorrência do evento.
- (C) estruturar a oração de modo impessoal, deslocando o foco do agente para o acontecimento sofrido pelo personagem.
- (D) introduzir um complemento verbal de valor obrigatório, exigido pela transitividade direta do verbo “furar”.
- (E) deslocar o sujeito da oração para a posição de complemento, atribuindo ao pronome a função de agente da ação verbal.

3

Leia o trecho da notícia a seguir, publicada em 26 de março de 2026.

Governo de Pernambuco lança Programa Colo de Mãe para fortalecimento da atenção materno-infantil

O programa representa um avanço importante no cuidado com gestantes, puérperas e crianças de até dois anos de idade, com foco especial nos primeiros mil dias de vida, período fundamental para o desenvolvimento infantil. Com investimento de R\$ 46,9 milhões, a estratégia prevê cofinanciamento direto aos municípios, além de repasses mensais que variam entre R\$ 30 mil e R\$ 90 mil para maternidades, fortalecendo a rede de assistência e qualificando o atendimento em todo o território pernambucano.

<https://sjdh.pe.gov.br/governo-de-pernambuco-lanca-programa-colo-de-mae-para-fortalecimento-da-atencao-materno-infantil/>

A expressão “Colo de Mãe”, utilizada para nomear o programa do Governo de Pernambuco, produz um efeito de sentido que se explica, predominantemente, pelo fato de

- (A) associar a política pública a uma imagem de acolhimento e proteção, evocando metaforicamente a ideia de cuidado materno no âmbito da assistência estatal.
- (B) recorrer a uma imagem do universo doméstico para estabelecer proximidade simbólica entre a política pública e o público-alvo, reduzindo a rigidez da linguagem institucional.
- (C) empregar expressão afetiva como recurso de comunicação institucional, favorecendo a identificação do público com as ações do programa apresentado no texto.
- (D) utilizar metáfora de base familiar para sugerir compartilhamento de responsabilidades entre Estado e família no cuidado materno-infantil ao longo do período inicial.
- (E) mobilizar imagem de cuidado individualizado para indicar que a execução do programa ocorrerá em contextos de atenção direta e vínculo entre profissionais e usuários.

4

Observe o cartaz da campanha de vacinação divulgado no Instagram oficial da Secretaria de Saúde de Pernambuco em março de 2026.



<https://www.instagram.com/p/DWZGLG8FbB0/>

A principal estratégia argumentativa utilizada na campanha consiste em

- (A) apresentar informações predominantemente técnicas sobre a gripe e suas complicações, com o objetivo de instruir o leitor quanto aos riscos epidemiológicos da doença.
- (B) empregar linguagem imperativa e apelo à urgência para induzir o público-alvo à adesão imediata à vacinação, associando a ação preventiva à proteção coletiva.
- (C) destacar a obrigatoriedade da vacinação por meio da identificação de grupos de risco, reforçando o caráter compulsório da campanha pública de imunização.
- (D) combinar informações de caráter preventivo com apelos de natureza prática e organizacional, articulando orientação ao público e incentivo à adesão à campanha.
- (E) associar elementos visuais de diferentes faixas etárias à ideia de abrangência universal da imunização, reforçando a noção de proteção coletiva como princípio da campanha.

5

Festival RioMar de Literatura exalta o humor em sua 12ª edição no dia 23 de abril

Já consolidado no calendário cultural da cidade, o RioMar Recife promove o Festival RioMar de Literatura no dia 23 de abril, a partir das 17h, no Teatro RioMar Recife. A 12ª edição traz como tema “O Humor na Literatura e no Cinema” e conta com nomes de relevância local e nacional para a programação, composta por painéis e apresentações artísticas.

<https://riomarrecife.com.br/teatro/12-festival-riomar-de-literatura-16108>

Considerando o contexto em que foi empregado, o verbo “exalta” pode ser substituído, sem alteração relevante de sentido, por

- (A) enfatiza.
- (B) prestigia.
- (C) evidencia.
- (D) enaltece.
- (E) privilegia.

6

Mais tarde, Cora se pergunta se imaginou a cena, mas, de todo modo, a puxa de volta à tona. Ela encara a tela da televisão e promete a si mesma que amanhã vai ser diferente. Que vai ser melhor. Que vai fazer com o bebê o que fazia com Maia: soprar a barriga dele, ler para ele um dos livros do marido, embalá-lo para dormir com o som da própria voz, a bochecha rosada dele esquentando sua pele à medida que a tarde avança.

KNAPP, Florence. *Os nomes*. Rio de Janeiro: Record, 2026.

A alternância entre o presente do indicativo e o futuro do presente contribui, no contexto, para

- (A) distinguir as ações efetivamente realizadas daquelas cuja ocorrência é apresentada como intenção ou expectativa da personagem.
- (B) estabelecer uma progressão temporal que distingue acontecimentos em curso de projeções futuras, organizando a sequência narrativa em torno da sucessão dos fatos.
- (C) aproximar o leitor dos acontecimentos narrados, ao mesmo tempo em que projeta para o futuro os propósitos formulados pela personagem.
- (D) substituir o emprego do pretérito perfeito por formas verbais mais expressivas, conferindo maior dinamismo à progressão narrativa.
- (E) indicar que todas as ações narradas possuem o mesmo grau de certeza quanto à sua realização, independentemente do tempo verbal empregado.

Estatística

7

Os dados a seguir são uma amostra de idades de 5 equipamentos (medidas em anos de uso): 4, 6, 9, 10, 11.

A variância das idades dessa amostra pode ser igual a

- (A) 4,2.
- (B) 6,8.
- (C) 7,6.
- (D) 8,2.
- (E) 10,8.

8

Numa população muito numerosa, 50% das pessoas são do sexo feminino.

Se uma amostra aleatória simples de tamanho 4 for observada, a probabilidade de que ao menos duas sejam do sexo feminino é igual a

- (A) 0,5000.
- (B) 0,6225.
- (C) 0,6875.
- (D) 0,7325.
- (E) 0,7875.

9

Uma amostra aleatória de 400 indivíduos será observada de uma variável populacional normalmente distribuída, com média desconhecida μ e variância 100.

Deseja-se testar a hipótese nula $\mu \leq 20$ versus a hipótese alternativa $\mu > 20$, ao nível de significância de 5%.

Considerando que o 95% percentil da distribuição normal padrão é igual a 1,64, o critério de decisão deve rejeitar a hipótese nula se a média amostral obtida for maior do que

- (A) 20,82.
- (B) 21,44.
- (C) 21,98.
- (D) 22,50.
- (E) 24,78.

Administração Pública

10

Durante a elaboração do Plano Plurianual (PPA), a equipe de planejamento de determinado ente federativo estruturou dois programas. O primeiro reúne ações de construção de unidades básicas de saúde e de oferta de serviços de atenção primária à população. O segundo reúne ações de manutenção de serviços administrativos, conservação de bens imóveis e suporte de informática, destinadas ao funcionamento interno da administração pública.

Considerando a tipologia dos programas no processo de elaboração do PPA, assinale a afirmativa correta.

- (A) O primeiro programa é finalístico, pois suas ações resultam em produtos, bens ou serviços ofertados diretamente à população, e o segundo é de apoio administrativo, pois compreende ações de natureza administrativa relacionadas a atividades-meio.
- (B) O primeiro programa é de apoio administrativo, pois demanda estrutura própria de pessoal e de bens para sua execução, e o segundo é finalístico, pois garante as condições necessárias ao funcionamento de todos os órgãos da administração.
- (C) Os dois programas são finalísticos, pois todo programa integrante do PPA deve gerar produtos mensuráveis à sociedade, sendo vedada a inclusão de ações de natureza administrativa na estrutura programática do plano de médio prazo.
- (D) Os dois programas são de apoio administrativo, pois a classificação finalística é reservada, no PPA, aos macro-objetivos de governo, que não se desdobram em ações orçamentárias nem se vinculam à programação de cada exercício financeiro.
- (E) A distinção entre os dois programas é irrelevante para o PPA, pois a tipologia programática somente é definida na Lei Orçamentária Anual, instrumento ao qual compete traduzir os macro-objetivos governamentais em ações de médio prazo.

11

Nos anos 1980, esforços mais sistemáticos passaram a investigar a natureza dos recursos à disposição dos governos para a produção de políticas públicas, destacando-se a tipologia de Christopher Hood, que categorizou os instrumentos em torno de quatro elementos. Esses elementos podem ser empregados, individualmente ou de forma combinada, para estimular ou desestimular comportamentos dos demais atores do sistema político.

Nessa tipologia, o elemento que envolve a posição de centralidade dos governos no sistema social, assegurando-lhes acesso a um conjunto de informações sobre os problemas públicos, é denominado

- (A) autoridade.
- (B) tesouro.
- (C) organização.
- (D) regulação.
- (E) nodalidade.

12

Em determinado município, vultosos recursos federais foram recebidos por transferência direta, sem vinculação a finalidade específica, e aplicados sem apreciação pelos conselhos municipais de políticas públicas. Os dados divulgados pela prefeitura não permitiam à população identificar as áreas beneficiadas nem acompanhar a execução das despesas. Organizações da sociedade civil denunciaram o caso, que passou a ser apurado pelo Tribunal de Contas competente.

Considerando a situação descrita e o papel do controle social na administração pública brasileira, assinale a afirmativa correta.

- (A) A atuação do Tribunal de Contas configura exercício de controle social, pois essa modalidade de controle se define pela origem da provocação, qual seja, a denúncia apresentada pela sociedade civil, e não pela natureza do órgão que realiza a fiscalização.
- (B) A opacidade dos dados e a não submissão dos recursos às instâncias participativas comprometem o exercício do controle social, que pressupõe acesso à informação e canais institucionalizados de participação da sociedade, não sendo plenamente substituído pelos controles institucionais.
- (C) A ausência de deliberação dos conselhos municipais não afeta o controle social na situação descrita, pois esses colegiados têm natureza meramente consultiva no ordenamento brasileiro, competindo a fiscalização da gestão, com exclusividade, aos órgãos dos Poderes constituídos.
- (D) O controle social realiza-se, essencialmente, pelo mecanismo eleitoral, de modo que a responsabilização dos gestores deve ocorrer *a posteriori*, pelo voto, reservando-se às instâncias participativas setoriais a função de legitimação simbólica das decisões governamentais.
- (E) A transparência ativa dos gastos públicos assegura, por si só, o controle social, tornando dispensáveis as instâncias participativas institucionalizadas, cuja atuação seria redundante em relação à fiscalização já exercida pelos tribunais de contas.

Controle Externo

13

Acerca das normas do processo de controle externo previstas no Regimento Interno do TCE-PE, analise as afirmativas a seguir.

- I. No processo de julgamento, a parte poderá produzir sustentação oral de defesa de seus direitos, desde que tenha formulado previamente o requerimento junto à Diretoria Geral de Controle Externo.
- II. A notificação de decisão do TCE-PE à parte possui caráter pessoalíssimo, não se admitindo a notificação de seus vizinhos ou parentes como procedimento processual válido, ainda que em hipótese de auto-ocultação deliberada.
- III. Em caso de falecimento da parte, a notificação de decisão do TCE-PE deve ser feita na pessoa do inventariante ou curador e, na sua falta, dos herdeiros ou sucessores.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

14

Para atender à necessidade urgente e imprevisível decorrente de um acidente ambiental que deixou centenas de pessoas desabrigadas, feridas e desaparecidas, o gestor da Secretaria de Obras do Município Beta realizou, justificadamente, diversos atos sem observância da legislação financeira e orçamentária.

Ao apreciar a prestação de contas relativa a esses atos, o TCE-PE constatou a ocorrência de atos ilegais e antieconômicos, mas verificou que as irregularidades não eram de natureza grave e que o dano causado ao Erário era de pequena monta.

Considerando os fatos narrados e as disposições da Lei Orgânica do TCE-PE, assinale a opção que indica corretamente a modalidade de julgamento de contas a ser proferido pelo Tribunal de Contas.

- (A) Regulares, conferindo-lhe quitação plena.
- (B) Irregulares, em razão das ilegalidades apontadas.
- (C) Regulares com ressalvas, podendo dispensar a aplicação de multa.
- (D) Ilíquidáveis, com aplicação das multas previstas em lei.
- (E) Incontestáveis, com aplicação das penalidades previstas em lei.

Noções de Contabilidade Pública

15

Uma entidade do setor público realizou um empenho estimativo para a despesa com o serviço de fornecimento de energia elétrica no exercício de 2025.

Ao final do exercício, verificou-se que o valor empenhado excedeu o montante efetivamente realizado da despesa.

Nesse caso, é correto afirmar que o

- (A) empenho será anulado parcialmente.
- (B) empenho será anulado integralmente.
- (C) montante reconhecido como despesa será aumentado.
- (D) valor excedente será direcionado para despesa de natureza semelhante.
- (E) valor excedente irá constituir conta de reserva, para ser utilizado no exercício seguinte.

16

Ao analisar o Balanço Orçamentário de uma entidade do setor público, um analista verificou os seguintes saldos relacionados às Receitas Orçamentárias:

Previsão inicial:

Amortizações de Empréstimos: R\$200.000
Operações de Crédito: R\$350.000
Receita Patrimonial: R\$300.000
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: R\$400.000

Previsão atualizada:

Amortizações de Empréstimos: R\$220.000
Operações de Crédito: R\$360.000
Receita Patrimonial: R\$306.000
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: R\$392.000

Receitas realizadas:

Amortizações de Empréstimos: R\$225.000
Operações de Crédito: R\$380.000
Receita Patrimonial: R\$317.000
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: R\$408.000

O analista pôde constatar que, ao apresentar o saldo, no subtotal de receitas, no Balanço Orçamentário, o montante decorrente das receitas de capital é

- (A) R\$16.000.
- (B) R\$25.000.
- (C) R\$36.000.
- (D) R\$42.000.
- (E) R\$55.000.

Noções de Análise de Dados e de Inteligência Artificial

17

Para subsidiar o exame de despesas públicas, um analista identificou três formas de acesso às informações disponibilizadas por um portal de dados:

Formas de acesso	Características
I	Página HTML com tabela destinada à consulta pelo usuário.
II	Arquivo PDF contendo relatório com textos, tabelas e gráficos.
III	Serviço que retorna registros em JSON, com campos identificados e estrutura documentada.

A análise exigirá a coleta periódica dos registros, a seleção de campos específicos e sua integração com dados provenientes de outras fontes. O procedimento deverá ser automatizado e suportar variações na quantidade de registros disponibilizados a cada período.

Nesse contexto, a utilização prioritária da forma III justifica-se porque o formato JSON

- (A) organiza os dados em uma estrutura identificável por aplicações, favorecendo a extração dos campos e o processamento automatizado dos registros.
- (B) mantém um esquema fixo para todos os registros recebidos, permitindo a associação entre fontes sem necessidade de verificar diferenças de estrutura.
- (C) incorpora aos campos informações sobre sua correspondência com atributos de outras fontes, permitindo que os registros sejam associados automaticamente.
- (D) converte os valores recebidos para os tipos utilizados pela base de destino, evitando incompatibilidades durante a integração.
- (E) assegura que alterações na quantidade ou na organização dos registros sejam absorvidas pelo processo de coleta sem necessidade de tratamento adicional.

18

Na análise de dados da execução da despesa de um órgão público, foram utilizadas as relações EMPENHO e PAGAMENTO. Cada empenho possui um identificador único, denominado ID_EMPENHO, e pode estar associado a um ou mais pagamentos. Cada pagamento possui um identificador único, denominado ID_PAGAMENTO, e está associado a um único empenho.

Cada registro da relação EMPENHO representa um empenho, e cada registro da relação PAGAMENTO representa um pagamento. Após a junção das relações pelo atributo ID_EMPENHO, foi obtido o seguinte resultado:

ID_EMPENHO	VALOR_EMPENHADO	ID_PAGAMENTO	VALOR_PAGO
EMP001	R\$ 100.000,00	PAG001	R\$ 30.000,00
EMP001	R\$ 100.000,00	PAG002	R\$ 20.000,00
EMP002	R\$ 80.000,00	PAG003	R\$ 40.000,00
EMP002	R\$ 80.000,00	PAG004	R\$ 10.000,00

A agregação direta dos valores da tabela produziu os seguintes totais:

total empenhado: R\$ 360.000,00;

total pago: R\$ 100.000,00.

Contudo, considerando as relações originais, os totais corretos são:

total empenhado: R\$ 180.000,00;

total pago: R\$ 100.000,00.

Para obter os totais corretos, sem excluir pagamentos válidos, o procedimento adequado consiste em

- eliminar, na tabela resultante da junção, as linhas em que o ID_EMPENHO se repete e somar os valores dos registros remanescentes.
- agregar separadamente os valores na granularidade própria de cada relação e juntar os resultados pelo ID_EMPENHO.
- dividir o VALOR_EMPENHADO de cada linha pela quantidade de pagamentos associada ao respectivo ID_EMPENHO e somar os valores ajustados.
- manter, para cada ID_EMPENHO, somente a linha correspondente ao pagamento de maior valor antes de calcular os totais.
- agrupar as linhas da tabela associada por ID_EMPENHO, somar separadamente VALOR_EMPENHADO e VALOR_PAGO em cada grupo e, ao final, totalizar os resultados dos grupos.

19

Para apoiar a priorização de processos de prestação de contas, pretende-se desenvolver um modelo de classificação a partir de processos já concluídos. O modelo deverá estimar, no momento em que um novo processo ingressar para análise, quais casos apresentam maior probabilidade de resultar na identificação de irregularidades.

Na base histórica, cada processo possui uma variável-alvo que indica se, ao final da análise, houve ou não identificação de irregularidade. Entre os atributos inicialmente selecionados para o desenvolvimento do modelo, encontram-se:

Atributo	Momento em que a informação se torna disponível
Valor total dos recursos examinados	Antes do início da análise
Quantidade de contratos abrangidos	Antes do início da análise
Proporção de despesas com contratação direta	Antes do início da análise
Quantidade total de diligências realizadas ao longo da análise	Após a conclusão da análise
Existência de débito quantificado ao final do exame	Após a conclusão da análise

Nos testes realizados com dados históricos, o modelo apresentou desempenho muito elevado. Verificou-se, contudo, que a variável “existência de débito quantificado ao final do exame” exerceu forte influência nas classificações produzidas.

Para que o modelo possa ser utilizado conforme a finalidade proposta, o procedimento metodologicamente correto consiste em

- manter todos os atributos, pois informações fortemente associadas ao resultado aumentam a capacidade de classificação do modelo.
- retirar apenas a variável-alvo dos atributos de entrada e manter as demais informações disponíveis na base histórica.
- excluir dos atributos de entrada as informações que ainda não estariam disponíveis no momento em que a previsão deverá ser realizada.
- manter os atributos posteriores ao início da análise e reduzir sua influência por meio de ajustes nos parâmetros do modelo.
- substituir os atributos posteriores ao início da análise pela variável-alvo, desde que os processos usados nos testes sejam diferentes dos empregados no treinamento.

20

Durante o exame de uma prestação de contas municipal, foram identificados indícios de incompatibilidade entre documentos fiscais e contratos de serviços de manutenção.

Para ampliar a análise, pretende-se utilizar um sistema baseado em LLM com as seguintes fontes:

Fonte	Formas de disponibilização	Informações relevantes
contratos	documentos textuais	empresa contratada, objeto e período de vigência
notas fiscais	documentos textuais	número, emitente, descrição do serviço e valor
empenhos	registros estruturados	credor, objeto, valor e contrato relacionado
pagamentos	registros estruturados	favorecido, valor, data e empenho relacionado

O sistema deverá:

- I. extrair informações dos documentos, mantendo a referência ao documento e ao trecho de origem;
- II. relacionar essas informações aos registros estruturados;
- III. aplicar verificações, como pagamento após o término contratual e divergência entre emitente da nota fiscal e favorecido do pagamento;
- IV. apresentar ao analista os registros e as evidências que fundamentaram cada apontamento.

Uma solução compatível com esses requisitos consiste em utilizar um LLM para

- (A) examinar documentos e registros, identificar casos de fraude e apresentar as justificativas.
- (B) extrair campos definidos e suas referências, estruturar os dados, integrá-los aos registros de empenhos e pagamentos e aplicar as verificações previstas.
- (C) extrair valores e datas, integrá-los aos registros e apontar como irregulares as ocorrências em que os valores das fontes sejam diferentes.
- (D) estruturar as informações, reunir ocorrências por município e aplicar agrupamento para classificá-las como regulares e fraudulentas.
- (E) converter as informações em uma estrutura comum, incluir as verificações no comando LLM e utilizar esse resultado como conclusão do exame.

Direito Constitucional

21

Em inspeção ordinária realizada pela estrutura competente do Tribunal de Contas do Estado Alfa (TCEA), foi constatado que o Poder Executivo do Município Sigma celebrou termo de cooperação com a associação de servidores municipais (ASM), repassando-lhe recursos mensais para atuar como instituição de apoio aos serviços municipais, de modo a suprir as carências de servidores em caso de vacância de cargos de provimento efetivo. O relatório técnico considerou ilícito esse repasse de recursos, o mesmo ocorrendo em relação ao objeto social da associação, que era justamente a atuação como instituição de apoio.

Ao analisar o relatório da inspeção, o Tribunal concluiu corretamente, em relação à referida associação, que

- (A) o TCEA pode suspender a eficácia da autorização fornecida para a criação da ASM.
- (B) o TCEA não pode adotar nenhuma providência correlata à existência e à continuidade das atividades da ASM.
- (C) em razão da natureza dos seus associados e do respectivo objeto social, pode ser determinada apenas a suspensão das atividades da ASM pelo TCEA.
- (D) em razão da natureza dos seus associados e do respectivo objeto social, pode ser determinada tanto a suspensão das atividades como a extinção da ASM pelo TCEA.
- (E) o TCEA pode requisitar que o Poder Executivo do Município Sigma instaure processo administrativo para que seja avaliada a cassação da autorização de funcionamento da ASM.

22

A Constituição do Estado Sigma foi alterada pela Emenda Constitucional nº X (ECX), que conferiu nova redação ao seu Art. Y, dando origem a uma norma de eficácia limitada.

Este preceito, o Art. Y, em sua redação original, foi regulamentado pelo Art. Z da Lei estadual nº W, que veiculou a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado Sigma.

Após a promulgação da ECX, ainda durante o seu período de *vacatio legis*, constatou-se a sua colidência com o Art. Z.

Na situação descrita, é correto afirmar que

- (A) o Art. Z não pode continuar a ser aplicado após o período de *vacatio legis* da ECX, ainda que o Art. Y, em sua nova redação, não seja regulamentado.
- (B) é possível a submissão imediata do Art. Z ao controle de constitucionalidade, concentrado ou difuso, em razão de sua colidência com o Art. Y, em sua nova redação.
- (C) o Art. Y, em sua redação original, continuará a produzir efeitos mesmo após o decurso do período de *vacatio legis* da ECX, enquanto a sua nova redação não for regulamentada.
- (D) o Art. Y, em sua nova redação, somente irá revogar o Art. Z após a integração de sua eficácia pela legislação infraconstitucional, caso seja norma de princípio programático.
- (E) o Art. Y, em sua nova redação, pode ser utilizado como paradigma de confronto, no controle concentrado de constitucionalidade do Art. Z, antes de sua regulamentação, mas apenas após o período de *vacatio legis* da ECX.

23

Em um processo de tomada de contas especial, o Tribunal de Contas do Estado Alfa foi instado a interpretar um comando da Constituição da República que influiria no reconhecimento da juridicidade, ou não, do proceder adotado pelo ordenador de despesas. De acordo com este último, o significado a ser adotado não pode desconsiderar a base de valores subjacente ao ambiente sociopolítico, ainda que venha a se distanciar dos balizamentos semânticos do significante interpretado.

Ao apreciar a linha argumentativa do ordenador de despesa, o Tribunal constatou corretamente que ela

- (A) é refratária à lógica do razoável.
- (B) é refratária ao realismo jurídico.
- (C) está em harmonia com concepções originalistas.
- (D) reconhece o exercício de uma atividade puramente cognoscitiva pelo intérprete.
- (E) reconhece o papel ativo do intérprete na resolução das conflitualidades intrínsecas da norma constitucional.

24

Foi editada, no âmbito do Estado Alfa, a Lei estadual nº X (LEX), que alterou a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado Alfa e dispôs sobre certos requisitos a serem observados nas prestações de contas a serem encaminhadas a esse órgão de controle. Foi detectada, no entanto, grande resistência quanto à observância desse diploma normativo, sendo considerado incompatível com a Constituição da República por diversos segmentos do Poder Judiciário.

Na situação descrita, é correto afirmar, em relação à possibilidade, ou não, de ser requerido ao Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheça a conformidade constitucional da LEX, considerando as decisões que obstem sua aplicação, que

- (A) a realização do controle concentrado de constitucionalidade é de incumbência do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, não do STF.
- (B) somente é cabível a análise em sede de controle difuso de constitucionalidade, sendo exigida a demonstração de repercussão geral.
- (C) em sede de controle concentrado, somente é cabível a ação declaratória de constitucionalidade caso a LEX seja posterior à Constituição de 1988.
- (D) em sede de controle concentrado, é cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental caso a LEX seja anterior ou posterior à Constituição de 1988.
- (E) em sede de controle concentrado, o princípio da mobilidade das formas autoriza que um legitimado opte entre a ação declaratória de constitucionalidade e a arguição de descumprimento de preceito fundamental.

25

Após ampla mobilização de parlamentares pertencentes ao bloco de governo, foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado Alfa, e sancionada pelo Governador do Estado, a Lei estadual nº W (LEW). De acordo com esse diploma normativo, o registro de programas de governo de pré-candidatos ao governo estadual, no âmbito do registro público competente, seguiria rito simplificado e seria objeto de ampla transparência. O Partido Político Alfa, no entanto, argumentou com a inconstitucionalidade desse diploma normativo, submetendo-o ao órgão jurisdicional competente.

Na situação descrita, é correto afirmar que a LEW é

- (A) constitucional, desde que tenham sido observadas as normas gerais editadas pelo ente competente.
- (B) inconstitucional, ainda que a proposição tenha sido de iniciativa do Poder Judiciário do Estado Alfa.
- (C) inconstitucional, considerando o fato de o Estado Alfa não ter competência para legislar sobre a temática.
- (D) constitucional, pois busca facilitar a fiscalização pela população e estimular a democracia participativa.
- (E) constitucional, desde que o registro do programa de governo de pré-candidatos ao governo estadual seja facultativo.

Direito Administrativo

26

Com o objetivo de celebrar contrato administrativo de concessão de serviços públicos, o Estado de Pernambuco publicou edital de licitação, atraindo, para o referido certame, diversas sociedades empresárias interessadas. No decorrer do processo licitatório, surgiram dúvidas, entre as entidades privadas, sobre o emprego de mecanismos privados para resolução de eventuais disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, é correto afirmar que o contrato de concessão

- (A) deverá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, desde que o valor da contratação ultrapasse o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil, adotando-se o idioma previamente acordado entre as partes contratantes.
- (B) poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, desde que o valor da contratação ultrapasse o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil, adotando-se o idioma previamente acordado entre as partes contratantes.
- (C) tem, dentre as suas cláusulas contratuais implícitas, o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa.
- (D) não poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, salvo a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa.
- (E) poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa.

27

Após investigação capitaneada pelas autoridades públicas competentes, o Estado de Pernambuco tomou conhecimento de que João, agente público no referido ente da Federação, praticou ato doloso de improbidade administrativa, após ser induzido pelo empresário Caio, sócio da sociedade empresária Alfa. Registre-se que a referida entidade privada, com base nestes eventos, é ré em processo administrativo de responsabilização, por se estar diante de ato lesivo à administração pública, no contexto da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que

- (A) João e Caio podem ser sancionados pela prática de ato doloso de improbidade administrativa, mas as penalidades da referida legislação não alcançam a sociedade empresária Alfa.
- (B) Caio pode ser sancionado pela prática de ato doloso de improbidade administrativa, mas as penalidades da referida legislação não alcançam João, tampouco a sociedade empresária Alfa.
- (C) João e a sociedade empresária Alfa podem ser sancionados pela prática de ato doloso de improbidade administrativa, mas as penalidades da referida legislação não alcançam Caio.
- (D) a sociedade empresária Alfa pode ser sancionada pela prática de ato doloso de improbidade administrativa, mas as penalidades da referida legislação não alcançam João, tampouco Caio.
- (E) João, Caio e a sociedade empresária Alfa podem ser sancionados pela prática de ato doloso de improbidade administrativa.

28

Ao analisar a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Caio, agente público no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, concluiu que os órgãos de controle, na fiscalização dos atos previstos na referida legislação, adotarão critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco, além de considerarem as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis e os resultados obtidos com a contratação.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. As razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis deverão ser encaminhadas aos órgãos de controle até o início da fase de instrução do processo, admitindo-se o desentranhamento dos autos.
- II. A omissão na prestação das informações não impedirá as deliberações dos órgãos de controle, mas poderá retardar a aplicação de seus prazos de tramitação e de deliberação.
- III. Os órgãos de controle desconsiderarão os documentos impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

29

O Poder Executivo federal editou ato normativo infralegal com o objetivo de regulamentar a legislação XYZ. Contudo, constatou-se que a Administração Pública exorbitou do poder regulamentar, promovendo inovações legislativas.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) não compete ao Congresso Nacional, tampouco ao Poder Judiciário, imiscuir-se nas atribuições do Poder Executivo no que se refere à regulamentação da legislação XYZ, salvo em caso de flagrante inconstitucionalidade.
- (B) não compete ao Congresso Nacional, tampouco ao Poder Judiciário, imiscuir-se nas atribuições do Poder Executivo no que se refere à regulamentação da aplicação da legislação XYZ.
- (C) compete exclusivamente ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- (D) compete privativamente ao Senado Federal sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- (E) compete exclusivamente ao Poder Judiciário sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

30

Ao consultar a Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, João concluiu que as referidas estatais podem ter, como função social, a realização do interesse coletivo.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.303/2016, analise as afirmativas a seguir.

- I. A realização do interesse coletivo deverá ser orientada para o alcance do bem-estar econômico e para a alocação socialmente eficiente dos recursos geridos pela empresa pública e pela sociedade de economia mista.
- II. A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão, nos termos da lei, adotar práticas de sustentabilidade fiscal e de responsabilidade econômica compatíveis com o mercado em que atuam.
- III. A empresa pública e a sociedade de economia mista poderão celebrar convênio com pessoa jurídica para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento de sua marca, observando-se, no que couber, as normas de licitação e contratos, vedada a pactuação de contratos de patrocínio.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Financeiro

31

Durante a vigência de estado de calamidade pública oficialmente decretado, o Estado Alfa aprovou lei concedendo reajuste remuneratório permanente a servidores da Administração direta, criando cargos efetivos e alterando a estrutura de carreiras com impactos na despesa permanente com pessoal. A justificativa foi a de que o regime fiscal excepcional permite afastar limitações orçamentárias e fiscais relativas à despesa com pessoal, conforme previsão da Constituição Federal.

À luz da jurisprudência e da legislação aplicáveis, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei não é válida apenas quanto à criação de cargos, permanecendo válidos o reajuste e a alteração de carreiras.
- (B) A lei não é válida, pois o regime excepcional não autoriza o afastamento de limitações aplicáveis a aumento permanente de despesa com pessoal.
- (C) A lei é válida, pois a calamidade pública afasta os limites constitucionais relativos à despesa permanente com pessoal.
- (D) A lei é válida, desde que as medidas sejam aprovadas durante a vigência formal do estado de calamidade pública.
- (E) A lei é válida, desde que a despesa seja justificada por razões de interesse público e recuperação econômica.

32

No mês de junho, o Tribunal de Contas da União (TCU) editou decisão normativa alterando o coeficiente de participação do Município Alfa no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com efeitos imediatos sobre os repasses de recursos do mesmo exercício financeiro. O Município sustenta que a alteração deveria observar os prazos legais de fixação dos coeficientes e produzir efeitos apenas no exercício seguinte.

À luz da jurisprudência e da legislação aplicáveis, assinale a afirmativa correta.

- (A) A alteração imediata é admitida, pois o coeficiente do FPM tem natureza meramente operacional e pode ser revisto durante a execução orçamentária.
- (B) A revisão no curso do exercício financeiro depende apenas de prévia comunicação ao Município, por se tratar de ato técnico de repartição de receitas.
- (C) A modificação no meio do exercício financeiro afronta o princípio da anualidade, aplicável à fixação dos coeficientes de participação municipal.
- (D) A competência constitucional do TCU para calcular os coeficientes afasta o controle judicial sobre a data de produção de seus efeitos.
- (E) A redução do coeficiente municipal deve ser compensada por transferência voluntária da União no mesmo exercício financeiro.

33

A Secretaria de Educação do Estado Alfa, titular de crédito orçamentário aprovado na Lei Orçamentária Anual, pretende transferir a execução de parte desse crédito a uma autarquia vinculada à mesma Secretaria, para a realização de ação prevista em seu programa de trabalho. Ao final da execução da mencionada ação, houve saldo de crédito não utilizado e foram adquiridos bens permanentes pela autarquia com os recursos descentralizados.

À luz das regras aplicáveis, assinale a afirmativa correta.

- (A) A operação caracteriza descentralização administrativa, pois envolve unidades vinculadas à mesma Secretaria, com dispensa de formalização específica.
- (B) A transferência configura destaque, pois qualquer execução de crédito por unidade gestora diversa caracteriza descentralização externa.
- (C) A autarquia executora passa a ser titular do crédito, podendo manter o saldo remanescente para aplicação em finalidade correlata.
- (D) Os bens adquiridos integram o patrimônio da unidade executora, pois a ela compete realizar o empenho, a liquidação e o pagamento.
- (E) A hipótese configura provisão; o saldo não utilizado deve retornar ao titular, e os bens integram seu patrimônio, salvo disposição em contrário.

34

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa aprovou lei concedendo isenção de IPVA a determinada categoria de veículos, sem que a proposição estivesse acompanhada de estimativa do impacto orçamentário e financeiro. Na justificativa, sustentou-se que a exigência de estudo prévio estaria restrita ao âmbito federal e que lei em matéria tributária poderia ser tratada por iniciativa parlamentar.

À luz da jurisprudência e da legislação aplicáveis, assinale a afirmativa correta.

- (A) A iniciativa parlamentar em matéria tributária supre a exigência de estimativa de impacto, desde que não haja aumento de despesa obrigatória.
- (B) A ausência de estudo prévio pode ser corrigida na execução orçamentária, mediante compensação financeira no exercício seguinte.
- (C) A estimativa de impacto é exigência aplicável apenas à União, pois decorre do regime fiscal federal instituído no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- (D) A autonomia financeira estadual permite conceder isenção tributária sem demonstração prévia de seus efeitos fiscais.
- (E) A falta de estimativa prévia configura vício formal no processo legislativo, pois a isenção implica renúncia de receita sujeita a controle fiscal.

Direito Civil

35

A Universidade Estadual XXX celebrou com a sociedade empresária Medtudo Ltda. contrato de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos hospitalares do hospital universitário, pelo prazo de vinte e quatro meses. Durante a execução contratual, verificou-se que a contratada, embora continuasse a apresentar os relatórios mensais exigidos, passou a limitar a execução do contrato aos serviços de menor custo, adiando, sem justificativa, os reparos mais complexos. Além disso, deixou de informar à Universidade a existência de falhas relevantes identificadas nos equipamentos, embora soubesse que essa omissão poderia comprometer a continuidade dos serviços de saúde.

Questionada pelo gestor do contrato, a sociedade empresária alegou que nenhuma cláusula contratual determinava o dever de comunicar os defeitos encontrados ou de estabelecer prioridade na realização dos reparos, razão pela qual estava cumprindo exatamente o pactuado.

Análise a situação hipotética narrada e, à luz das disposições do Código Civil aplicáveis aos contratos, assinale a afirmativa correta quanto à tese da contratada.

- (A) Não merece prosperar, pois a boa-fé objetiva impõe às partes deveres anexos de lealdade, cooperação, informação e proteção da confiança, ainda que tais deveres não estejam expressamente previstos no contrato.
- (B) Merece acolhimento, pois a autonomia privada assegura a cada contratante a possibilidade de modificar unilateralmente a forma de execução de suas obrigações sempre que inexistir cláusula contratual disciplinando especificamente a matéria.
- (C) Merece acolhimento, pois a responsabilidade contratual limita-se às obrigações expressamente convencionadas pelas partes, não alcançando deveres jurídicos implícitos.
- (D) Merece acolhimento, pois a função social do contrato autoriza que cada contratante adapte a execução contratual ao interesse econômico mais eficiente, desde que não exista cláusula expressa em sentido contrário.
- (E) Está correta, pois o princípio da obrigatoriedade dos contratos restringe a responsabilidade contratual às prestações expressamente previstas pelas partes, não alcançando deveres decorrentes da boa-fé objetiva.

36

A sociedade empresária Alfa Engenharia S.A., especializada na construção de parques industriais, celebrou contrato de fornecimento de estruturas metálicas com a sociedade empresária Beta Steel Ltda. Foi incluída cláusula específica e destacada, prevendo expressamente que a produção dos efeitos estabelecidos dependia da obtenção, pela Alfa, de financiamento junto a uma instituição financeira privada, evento que deveria ocorrer no prazo máximo de 120 dias.

O contrato foi regularmente assinado pelos representantes legais de ambas as sociedades, observando todos os requisitos legais de validade.

Antes de expirado o prazo de 120 dias, a Beta Steel adquiriu matéria-prima especificamente destinada ao cumprimento da avença e exigiu judicialmente o pagamento do preço ajustado, sustentando que o negócio jurídico era válido e, por isso, produzia todos os seus efeitos desde a assinatura. Em contestação, a Alfa sustentou que inexistia obrigação exigível, porque o financiamento não foi aprovado pela instituição financeira, circunstância expressamente prevista pelas partes.

Considerando exclusivamente os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- (A) Embora a condição estipulada impeça a exigibilidade da prestação principal, a aquisição de insumos pela Beta Steel torna eficaz o contrato, em razão da boa-fé objetiva, convertendo a condição suspensiva em termo inicial.
- (B) Como o contrato preenche todos os requisitos legais, sua validade implica eficácia imediata, sendo irrelevante a condição estipulada pelas partes, que apenas posterga o vencimento da obrigação.
- (C) O contrato é existente e válido, mas sua eficácia permaneceu suspensa pela condição convencionada, de modo que, não implementada a condição suspensiva, não havia obrigação exigível entre as partes.
- (D) A não obtenção do financiamento torna o contrato anulável por ausência superveniente de objeto juridicamente possível, podendo a Beta Steel pleitear sua convalidação judicial.
- (E) A cláusula que condiciona a produção dos efeitos do contrato à obtenção de financiamento é nula, por subordinar a eficácia do negócio jurídico ao arbítrio exclusivo de terceiro estranho à relação contratual.

37

A Agência Estadual de Recursos Hídricos (AERH) celebrou, em 2019, contrato administrativo com a sociedade empresária Águas do Vale S.A. para implantação e operação de sistema de monitoramento ambiental em diversas bacias hidrográficas do Estado. À época da contratação, havia orientação geral da autarquia, consubstanciada em pareceres reiterados de sua Procuradoria Jurídica e em sucessivas decisões uniformes da Diretoria Colegiada, reconhecendo a juridicidade de determinado critério de reajuste contratual. Com fundamento nessa orientação, o mesmo critério passou a ser adotado em diversos contratos administrativos celebrados pela entidade.

Em 2026, ao julgar ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público, o Poder Judiciário concluiu que o critério de reajuste utilizado era incompatível com a legislação aplicável e, consequentemente, declarou inválidos os atos que concederam os reajustes concedidos desde 2019 e determinou a restituição integral dos valores pagos, afirmando que o princípio da legalidade impunha a recomposição integral do patrimônio público. No curso do processo, ficou comprovado que a sociedade empresária observou integralmente as orientações expedidas pela autarquia e executou regularmente o contrato.

À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) A decisão judicial está correta, pois a invalidação de ato administrativo incompatível com a legislação produz necessariamente efeitos retroativos integrais, sendo juridicamente irrelevantes a boa-fé do administrado, a existência de orientação geral anteriormente vigente e as consequências práticas da decisão.
- (B) A decisão judicial está correta, pois a proteção da confiança e a segurança jurídica somente limitam os efeitos de alterações promovidas pelo legislador, não incidindo quando houver mudança posterior de orientação geral adotada pela Administração Pública.
- (C) Demonstrada a boa-fé da sociedade empresária, a LINDB impede o reconhecimento da invalidade da orientação administrativa anteriormente adotada, impondo a preservação definitiva dos reajustes concedidos, ainda que incompatíveis com a legislação aplicável.
- (D) Embora seja possível reconhecer a invalidade da interpretação administrativa anteriormente adotada, a decisão judicial deveria considerar as consequências práticas da decisão e indicar, quando cabível, as consequências jurídicas e administrativas da invalidação, em observância aos princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança.
- (E) A existência de orientação geral consolidada da Administração Pública impede a revisão judicial da matéria, pois a segurança jurídica torna imutáveis os atos administrativos praticados sob interpretação institucional posteriormente modificada.

Direito Processual Civil

38

Belém do São Francisco Tecnologia S.A. ("Belém do São Francisco") celebrou com Gravatá Sistemas Ltda. ("Gravatá") contrato de cooperação empresarial que continha cláusula de exclusividade e previsão de multa compensatória. Ao anunciar o lançamento de novo produto, Belém do São Francisco foi notificada extrajudicialmente por Gravatá, que sustentou haver violação à cláusula, exigiu a suspensão do lançamento e advertiu que cobraria a multa caso a comercialização fosse iniciada. Antes de iniciar a comercialização, Belém do São Francisco e Jurema ajuizaram conjuntamente ação meramente declaratória contra Gravatá, a fim de obter o reconhecimento de que a cláusula de exclusividade não abrangia o novo produto.

Jurema, que figurou em nome próprio como autora, era administradora da companhia e titular de 97% de seu capital social. Alegou que eventual pagamento da multa reduziria o lucro da sociedade e, conseqüentemente, o valor de futuros dividendos. Considerando a disciplina das condições da ação no Código de Processo Civil e a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- (A) Falta interesse de agir a ambas as autoras, pois a ação declaratória somente é admissível após a efetiva violação do direito.
- (B) Belém do São Francisco possui legitimidade e interesse de agir; Jurema é parte ilegítima, pois a possível redução dos dividendos constitui prejuízo meramente reflexo.
- (C) A notificação configura pretensão resistida, mas torna inadequada a ação meramente declaratória, que deveria ser necessariamente cumulada com pedido condenatório.
- (D) Jurema possui legitimidade, pois sua condição simultânea de acionista controladora e administradora autoriza-a a defender, em nome próprio, a relação contratual da companhia.
- (E) A legitimidade de Jurema depende da prova de que a multa reduzirá efetivamente os dividendos por ela recebidos, prejuízo que poderia fundamentar pedido de perdas e danos.

39

Afogados Equipamentos Ltda. ajuizou, pelo procedimento comum, ação de cobrança contra Cumarú Indústria e Alimentos S.A., exigindo o pagamento da última parcela decorrente de contrato de compra e venda de máquina industrial. Em contestação, a ré sustentou a inexistência do contrato, sob a alegação de que seria falsa a assinatura atribuída ao seu diretor. O juízo, competente em razão da matéria e da pessoa para decidir **sobre** a existência do negócio jurídico como questão principal, submeteu a controvérsia a contraditório prévio e efetivo e determinou a realização de perícia grafotécnica. Não havia restrição probatória nem limitação à cognição. Nenhuma das partes formulou pedido de declaração da existência ou da inexistência do contrato.

Ao proferir a sentença, o magistrado resolveu expressa e incidentemente, como questão prejudicial de cuja solução dependia o julgamento da cobrança, a existência do contrato. Com fundamento na perícia, considerou autêntica a assinatura e reconheceu que o negócio jurídico havia sido celebrado entre as partes. Registrou, ainda, como premissa fática de sua fundamentação, que a máquina fora entregue à ré na data convencionada. Ao final, o pedido de cobrança foi julgado procedente, e a sentença transitou em julgado.

Posteriormente, Cumarú Indústria e Alimentos S.A. pretende ajuizar nova demanda para obter a declaração de inexistência do mesmo contrato. Além disso, em outra ação entre as mesmas partes, tornou-se novamente controvertida a data exata da entrega da máquina.

Considerando a disciplina da coisa julgada material prevista no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Cumarú poderá rediscutir tanto a existência do contrato quanto a data da entrega, pois nenhuma dessas matérias está abrangida pela coisa julgada.
- (B) A existência do contrato somente estaria coberta pela coisa julgada se alguma das partes tivesse formulado pedido declaratório principal ou reconvenicional.
- (C) A existência do contrato e a data da entrega estão cobertas pela coisa julgada, pois ambas constituíram premissas necessárias para o acolhimento da cobrança.
- (D) A existência do contrato está coberta pela coisa julgada, mas a data da entrega pode ser novamente discutida.
- (E) A coisa julgada alcança apenas a autenticidade da assinatura, permitindo rediscutir a existência do contrato.

40

O Ministério Público ajuizou ação civil pública contra o Estado Alfa em razão da prolongada ausência de Casa do Albergado ou de medidas equivalentes para o cumprimento adequado do regime aberto. Relatórios técnicos demonstraram que os condenados eram submetidos a condições mais gravosas e que a superação do quadro exigia ações coordenadas de infraestrutura, recursos humanos e reinserção social. Reconhecida a violação de direitos fundamentais, o juízo fixou como finalidade a regularização do cumprimento do regime aberto e determinou que o Estado, em diálogo com os demais atores envolvidos, apresentasse plano contendo alternativas, recursos disponíveis, cronograma e indicadores. Previu, ainda, audiências periódicas para monitorar os resultados e ajustar, se necessário, as medidas adotadas.

Considerando os conceitos de problema estrutural, processo estrutural e decisão estrutural, assinale a afirmativa correta.

- (A) O número de atingidos define o problema estrutural, cuja solução deve ser repartida em demandas individuais.
- (B) A decisão viola a separação dos Poderes, pois a discricionariedade administrativa impede o controle judicial.
- (C) A decisão estrutural exige comando único e imediato, vedados o cumprimento gradual e o monitoramento.
- (D) O processo estrutural segue rigidamente o procedimento comum, vedadas adaptações procedimentais e a ampliação do contraditório.
- (E) A atuação é típica de processo estrutural: a decisão fixa a finalidade e prevê plano dialógico, implementação gradual e monitoramento.

Conhecimentos Específicos (Contas Públicas)

Auditoria Governamental

41

Considere que um auditor público tenha sido designado para realizar um trabalho com o objetivo de determinar se um programa específico de certa instituição está operando de acordo com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade.

Com relação a essa situação, considerando as características dos tipos de auditoria previstos nas Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), assinale a afirmativa correta.

- (A) Constitui trabalho de certificação, constituindo uma auditoria do tipo de conformidade.
- (B) Pode constituir trabalho de relatório direto, constituindo uma auditoria do tipo operacional.
- (C) Apresenta recomendações para o aperfeiçoamento da gestão, constituindo uma auditoria do tipo financeira.
- (D) Busca assecuração total de que as demonstrações contábeis estão livres de fraudes, constituindo uma auditoria do tipo operacional.
- (E) Prioriza a relevância em relação à materialidade da informação, constituindo uma auditoria do tipo financeira.

42

As normas e regulamentos de auditoria trazem uma série de técnicas que podem ser utilizadas pelos auditores públicos para auxiliá-los em seus trabalhos de auditoria.

Tendo isso em vista, considere uma situação em que um auditor verifica o comportamento de valores significativos, mediante índices e outros procedimentos de análise, com vistas à identificação de tendências atípicas. Além disso, o auditor obtém, junto a terceiros, confirmação de fatos alegados pela entidade.

É correto afirmar que são utilizadas, respectivamente, as técnicas conhecidas por

- (A) observação e conciliação.
- (B) entrevista e análise de contas contábeis.
- (C) inspeção física e revisão analítica.
- (D) revisão analítica e circularização.
- (E) extração eletrônica de dados e inspeção documental.

43

Ao preparar um relatório de auditoria, o auditor empenhou-se em torná-lo compreensível, expondo apenas o que tem importância dentro do contexto, mas esqueceu de apresentar as evidências necessárias para sustentar os achados.

Com base nos requisitos de qualidade previstos nas normas de auditoria, é correto afirmar que esse relatório possui

- (A) clareza, relevância, mas não exatidão.
- (B) completude e exatidão, mas não convicção.
- (C) tempestividade e concisão, mas não clareza.
- (D) objetividade e exatidão, mas não completude.
- (E) convicção e tempestividade, mas não relevância.

44

O relatório de auditoria deve ser elaborado de forma que reflita a situação identificada pelo auditor ao longo da execução de seu trabalho. Entre os cenários possíveis, é possível que o auditor verifique uma situação que o leve a uma abstenção de opinião.

Nesse caso, é correto afirmar que uma situação que leva a esse resultado ocorre quando o auditor

- (A) conclui que existem eventos ou condições que representam uma incerteza significativa sobre a capacidade de a entidade auditada continuar em operação.
- (B) não consegue obter evidência apropriada e suficiente e conclui que os efeitos das distorções podem ser relevantes e generalizados.
- (C) evidencia que as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos aspectos, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- (D) entende como fundamental comunicar um assunto além daqueles apresentados nas demonstrações contábeis, que, no seu julgamento, é indispensável para a compreensão do usuário.
- (E) desconsidera que as distorções, individualmente ou no conjunto, são irrelevantes, mas não possuem efeito generalizado nas operações.

45

Visando dar suporte a diferentes etapas das auditorias, determinados instrumentos são fundamentais para o trabalho do auditor, como a Matriz de Achados, a Matriz de Responsabilização e a Matriz de Planejamento.

Considere os conceitos presentes nas diferentes matrizes utilizadas:

1-Situação encontrada

2-Nexo de causalidade

3-Limitações

A-Matriz de Achados

B-Matriz de Planejamento

C-Matriz de Responsabilização

Com base nesses conceitos, assinale a opção que apresenta a relação correta entre os itens 1, 2 e 3 e as matrizes A, B e C.

- (A) 1 – A, 2 – B, 3 – C.
- (B) 1 – A, 2 – C, 3 – B.
- (C) 1 – B, 2 – A, 3 – C.
- (D) 1 – B, 2 – C, 3 – A.
- (E) 1 – C, 2 – A, 3 – B.

46

A técnica de seleção de amostragem em que o tamanho da população é dividido pelo tamanho da amostra desejada, obtendo-se, assim, o intervalo de amostragem, é conhecida como

- (A) aleatória.
- (B) de bloco.
- (C) de unidade monetária.
- (D) ao acaso.
- (E) sistemática.

47

Ao realizar testes de auditoria, o auditor deve considerar diferentes fatores que influenciam o tamanho da amostra escolhida.

Com base nisso, analise as assertivas a seguir.

- I. A taxa tolerável de desvio influencia de forma inversa o tamanho da amostra nos testes de controle.
- II. A quantidade de unidades de amostragem da população influencia de forma direta o tamanho da amostra nos testes de controle.
- III. A estratificação da população influencia de forma direta o tamanho da amostra nos testes de detalhes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

48

As Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) estabeleceram um conjunto de princípios voltados para direcionar a atuação adequada dos Tribunais de Contas nas suas funções institucionais. Nesse contexto, a NBASP 130 prevê determinadas salvaguardas para auxiliar na observância desses princípios.

À luz das salvaguardas previstas na NBASP 130, assinale a opção em que a medida apresentada está corretamente associada ao princípio que busca assegurar.

- (A) Implementar políticas de recrutamento de recursos humanos que se baseiam em critérios de competência é uma medida que visa assegurar o princípio da integridade.
- (B) Aplicar mecanismos para aperfeiçoar a difusão de conhecimento e o compartilhamento de informações apropriadas é uma medida que visa assegurar o princípio da confidencialidade.
- (C) Estabelecer treinamentos e orientações para os servidores sobre os canais de denúncia de condutas antiéticas e meios de orientações sobre ética é uma medida que visa assegurar o princípio da competência.
- (D) Dispor sobre as condições de segurança para guarda de documentos de auditoria durante os períodos especificados em leis ou orientações profissionais é uma medida que visa assegurar o princípio do comportamento profissional.
- (E) Adotar um ambiente no qual o julgamento profissional objetivo não seja afetado por trabalhos realizados anteriormente pelo Tribunal de Contas é uma medida que visa assegurar o princípio da independência e objetividade.

Direito Administrativo

49

João ocupa um emprego público na empresa pública Alfa, pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Indireta do Estado de Pernambuco. Por sua vez, Lucas ocupa um cargo público na Secretaria de Meio Ambiente no âmbito do referido ente da Federação. Registre-se, por fim, que João e Lucas não são professores, tampouco atuam na seara da saúde.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos por parte de Lucas, muito embora se admita a referida acumulação em benefício de João, se houver compatibilidade de horários.
- (B) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos por parte de João, muito embora se admita a referida acumulação em benefício de Lucas, se houver compatibilidade de horários.
- (C) admite-se a acumulação remunerada de cargos públicos por parte de João e Lucas, desde que haja concordância por parte dos seus superiores hierárquicos.
- (D) admite-se a acumulação remunerada de cargos públicos por parte de João e Lucas, desde que haja compatibilidade de horários.
- (E) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos por parte de João e Lucas.

50

Após a observância das formalidades constitucionais e legais aplicáveis, João foi nomeado para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Por sua vez, Lucas, aprovado em concurso público, foi nomeado para determinado cargo público, de classe única, no âmbito do Poder Executivo Estadual. Por fim, Matheus foi nomeado para cargo de direção na repartição pública Alfa.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 6.123/1968, é correto afirmar que João, Lucas e Matheus foram nomeados, respectivamente, para cargos de provimento

- (A) vitalício; vitalício; e em comissão.
- (B) vitalício; efetivo; e em comissão.
- (C) efetivo; em comissão; e efetivo.
- (D) efetivo; efetivo; e em comissão.
- (E) efetivo; efetivo; e efetivo.

51

Nos termos da regulamentação infralegal, após a adjudicação, o agente de contratação poderá constituir cadastro de reserva com os demais licitantes que aceitarem reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Decreto Estadual nº 54.700/2023, analise as afirmativas a seguir.

- I. Se mais de um licitante aceitar sua inclusão no cadastro de reserva, a ordem dos cadastrados obedecerá à ordem de classificação obtida na fase competitiva do certame, de acordo com a última proposta apresentada.
- II. O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando houver recusa do adjudicatário em assinar a ata ou quando houver o cancelamento, parcial ou integral, do registro de preços.
- III. A análise dos documentos de habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva será efetuada apenas em eventual convocação para assinatura da ata.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

52

Após ser devidamente qualificada pelo Poder Público, a associação Alfa, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, celebrou contrato de gestão com a Administração Pública, visando à formação de parceria na área de ensino.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.637/1998, é correto afirmar que a associação Alfa foi qualificada pelo Poder Público como uma organização (da)

- (A) sociedade civil de interesse público, integrante do primeiro setor.
- (B) sociedade civil de interesse público, integrante do segundo setor.
- (C) sociedade civil de interesse público, integrante do terceiro setor.
- (D) social, integrante do segundo setor.
- (E) social, integrante do terceiro setor.

53

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco realizou, em sua sede, simpósio sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, atribuindo-se enfoque aos objetivos do processo licitatório.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, os objetivos do processo licitatório estão corretamente elencados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
- (B) Evitar contratações de grandes empresas em detrimento de pequenos negócios aptos a atender satisfatoriamente a Administração Pública.
- (C) Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.
- (D) Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- (E) Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

54

João, servidor público no Estado de Pernambuco, está atuando como autoridade processante de determinado processo administrativo. Surgiram, contudo, questionamentos quanto ao potencial impedimento ou suspeição de João na referida relação processual.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei Estadual nº 11.781/2000, analise as afirmativas a seguir.

- I. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.
- II. Pode ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o quarto grau.
- III. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, com efeitos devolutivo e suspensivo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

Contabilidade Geral

55

Em 01/01/2025, uma entidade prestou serviços a terceiros por R\$ 200.000,00, com recebimento previsto para 31/12/2026, de modo que, nessa data, a entidade constituiu um ativo de R\$ 200.000,00. O valor não era considerado relevante para a entidade.

Com relação ao ajuste a valor presente do ativo, é correto afirmar que

- (A) não há reconhecimento de juros relacionados ao ajuste a valor presente, já que o valor não é relevante.
- (B) não há reconhecimento de juros relacionados ao ajuste a valor presente, já que representa um ativo não monetário.
- (C) os juros incidentes são reconhecidos no resultado na data do reconhecimento da prestação dos serviços, em 01/01/2025.
- (D) os juros incidentes são reconhecidos no resultado na data de recebimento do montante, em 01/01/2027.
- (E) os juros incidentes são reconhecidos no resultado ao longo do período pertinente, de 01/01/2025 a 31/12/2026.

56

Ao analisar o Balanço Patrimonial de uma entidade prestadora de serviços de consultoria, em 31/12/2024, um analista verificou os seguintes saldos:

Disponibilidades: R\$ 50.000,00;
 Imóvel destinado à valorização: R\$ 70.000,00;
 Imóvel destinado a aluguel: R\$ 80.000,00;
 Imóvel destinado à atividade-fim: R\$ 90.000,00;
 Patrimônio Líquido: R\$ 290.000,00.

Em 31/12/2025 foi constatado que os valores justos dos imóveis eram os seguintes:

Destinado à valorização: R\$ 75.000,00;
 Destinado a aluguel: R\$ 78.000,00;
 Destinado à atividade-fim: R\$ 87.000,00.

A entidade avaliava os ativos classificados como propriedade para investimento pelo valor justo.

O analista constatou que, na Demonstração do Valor Adicionado da entidade, a determinação do valor justo, em 31/12/2025, trouxe o seguinte impacto em "Outras receitas":

- (A) - R\$ 5.000,00.
- (B) - R\$ 3.000,00.
- (C) zero.
- (D) R\$ 3.000,00.
- (E) R\$ 5.000,00.

57

A Cia. X presta serviços de consultoria.

Em janeiro de 2026, a Cia. X reconheceu receita de R\$ 160.000,00 pela prestação de um serviço, com recebimento previsto para julho.

Com o objetivo de aumentar o dinheiro em caixa, a Cia. X descontou, em janeiro, a duplicata em uma instituição bancária, tendo recebido R\$ 158.000,00 nesse mês. No entanto, não houve transferência dos riscos de inadimplência.

O cliente pagou o valor devido na data acordada, em julho de 2026.

Ao analisar o Balanço Patrimonial da Cia. X, um analista constatou que a duplicata foi baixada do ativo em

- (A) janeiro, com contrapartida em Disponibilidades, no ativo.
- (B) janeiro, com contrapartida em Disponibilidades, no ativo, e em Despesa Financeira, no resultado.
- (C) julho, com contrapartida em Disponibilidades, no ativo.
- (D) julho, com contrapartida em Duplicatas descontadas, no passivo.
- (E) julho, com contrapartida em Disponibilidades, no ativo, e em Despesa Financeira, no resultado.

58

Uma entidade foi constituída em 01/01/2025 para a realização de auditoria contábil.

Na data, adquiriu diferentes *softwares* com as seguintes finalidades:

Emissão de notas fiscais: R\$ 20.000,00;

Circularização dos saldos dos clientes nos trabalhos de auditoria: R\$ 40.000,00;

Controle da folha de pagamento dos empregados da entidade: R\$ 50.000,00;

Documentação de papéis de trabalho de auditoria: R\$ 80.000,00.

A entidade estimava que a vida útil dos *softwares* era de 10 anos. Além disso, começou a utilizar os *softwares* no momento da compra e reconheceu, em 2025, receita com a prestação de serviços de auditoria de R\$ 800.000,00. Ainda, a entidade apurou o custo dos serviços prestados com base no controle dos serviços executados para os clientes.

Ao analisar a Demonstração do Resultado da entidade, em 31/12/2025, um analista verificou que a despesa com a amortização do ativo intangível foi de

- (A) R\$ 5.000,00.
- (B) R\$ 7.000,00.
- (C) R\$ 11.000,00.
- (D) R\$ 12.000,00.
- (E) R\$ 19.000,00.

Contabilidade Pública

59

Ao analisar diferentes entidades do setor público, um analista observou que uma entidade não possuía usuários de serviços ou provedores de recursos que dependessem de seus relatórios contábeis para fins de prestação de contas ou tomada de decisão.

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, não se exige que essa entidade

- (A) elabore os seus relatórios contábeis.
- (B) reconheça superávit em seus exercícios.
- (C) siga as normas contábeis nos relatórios apresentados.
- (D) funcione de acordo com a premissa da continuidade operacional.
- (E) atenda às características qualitativas da informação contábil divulgada.

60

Um analista verificou que um Estado não previu, em sua Lei Orçamentária Anual, a construção de quadras públicas poliesportivas. No entanto, o Governo decidiu construí-las para estimular a prática de exercício físico pela população. Desse modo, foi necessário abrir crédito especial com essa finalidade, autorizado por lei.

Para a abertura desse crédito, o Governo avaliou as seguintes fontes:

- I. Recursos provenientes de excesso de arrecadação.
- II. Receita financeira obtida por meio de investimentos.
- III. Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

A abertura do crédito será precedida de exposição justificativa e depende da existência de recursos disponíveis e não comprometidos, considerando o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

61

Ao verificar o Plano de Contas de uma entidade do setor público, um analista observou que foi reconhecida uma provisão para riscos decorrentes de contratos de Parcerias Público-Privadas.

A entidade do setor público justificou o reconhecimento afirmando que, apesar de não ser possível realizar uma estimativa confiável do valor da obrigação, havia uma obrigação presente resultante de eventos passados. Além disso, era provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para a extinção da obrigação.

O analista julgou que o reconhecimento estava

- (A) correto, uma vez que havia uma obrigação presente resultante de eventos passados.
- (B) correto, uma vez que era provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para a extinção da obrigação.
- (C) incorreto, uma vez que os riscos decorrentes de contratos de Parcerias Público-Privadas são remotos.
- (D) incorreto, uma vez que não era possível realizar uma estimativa confiável do valor da obrigação.
- (E) incorreto, uma vez que o reconhecimento da provisão deve ser realizado no Balanço Patrimonial, e não no Plano de Contas da entidade.

62

Em um município, a legislação exige que os imóveis municipais sejam vistoriados, criteriosamente, a cada cinco anos.

Em 2025, uma entidade do setor público municipal estimou que os custos da vistoria, a ser obrigatoriamente realizada no ano seguinte, seriam de R\$ 10.000,00. Até 31/12/2025, nenhuma vistoria havia sido realizada.

Ao avaliar os efeitos dessa exigência legal sobre o Balanço Patrimonial da entidade em 31/12/2025, um analista constatou que

- (A) não houve impacto nos elementos patrimoniais.
- (B) houve reconhecimento de ativo circulante de R\$ 10.000,00.
- (C) houve reconhecimento de passivo circulante de R\$ 10.000,00.
- (D) houve reconhecimento de passivo não circulante de R\$ 10.000,00.
- (E) houve reconhecimento de passivo circulante de R\$ 2.000 e não circulante de R\$ 8.000,00.

63

Uma entidade do setor público apresentava os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial, em 31/12/2024:

Ativo: R\$ 600.000,00;

Passivo: R\$ 200.000,00;

Patrimônio Líquido: R\$ 400.000,00.

Em 2025, a entidade aplicou metade do saldo de seu ativo em um investimento bancário de longo prazo. O rendimento auferido no ano foi de R\$ 50.000,00, tendo sido reinvestido na entidade.

Para avaliar o efeito desse rendimento no indicador de endividamento geral, um analista calculou esse índice considerando apenas o rendimento auferido no ano e os saldos iniciais e obteve o seguinte resultado:

- (A) 21,05%.
- (B) 22,22%.
- (C) 30,77%.
- (D) 57,14%.
- (E) 66,67%.

64

Um analista desejava analisar qual era a proporção dos passivos contingentes em relação ao passivo total de uma entidade do setor público.

O analista tinha à disposição o seguinte:

- I. Balanço Patrimonial
- II. Notas explicativas
- III. Demonstração do Resultado

Para obter a informação desejada, o analista deve consultar

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Financeiro

65

Em processo de consulta, um Tribunal de Contas estadual aprovou orientação normativa segundo a qual o imposto de renda retido na fonte sobre a remuneração dos servidores estaduais e municipais deveria ser excluído da receita corrente líquida e da apuração da despesa total com pessoal, para fins de verificação dos limites fiscais aplicáveis aos entes federativos.

À luz da Constituição Federal, da legislação em vigor e da jurisprudência, a orientação adotada pelo Tribunal de Contas é

- (A) válida, pois o imposto de renda retido na fonte pertence ao ente pagador da remuneração, não constituindo ingresso federal transferido aos Estados e Municípios.
- (B) válida, pois a retenção tributária reduz a disponibilidade financeira do servidor e, por isso, não deve compor a despesa bruta com pessoal.
- (C) inválida, pois norma estadual não pode afastar a disciplina federal sobre receita corrente líquida e despesa total com pessoal prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (D) inválida apenas quanto à receita corrente líquida, pois a despesa com pessoal deve refletir somente o valor líquido pago ao servidor.
- (E) inválida apenas quanto à despesa com pessoal, pois o imposto retido na fonte não integra a receita corrente líquida do ente arrecadador.

66

O Estado Alfa pretende contratar financiamento externo com organismo internacional para custear projeto de infraestrutura. No mesmo exercício financeiro, também avalia emitir títulos de sua dívida mobiliária. Paralelamente, o Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional projeto de lei destinado a disciplinar o montante da dívida mobiliária federal.

Considerando a repartição constitucional de competências do Congresso Nacional e do Senado Federal em matéria de endividamento público, a orientação juridicamente adequada é a de que

- (A) o Senado autorize a operação externa estadual e estabeleça limites da dívida mobiliária estadual, cabendo ao Congresso tratar da dívida mobiliária federal.
- (B) o Congresso autorize a operação externa estadual e fixe os limites da dívida estadual, cabendo ao Senado apenas controlar garantias da União.
- (C) o Senado autorize somente operações internas estaduais, enquanto o Congresso discipline as operações externas e a dívida mobiliária federal.
- (D) o Congresso fixe os limites da dívida mobiliária estadual, cabendo ao Senado disciplinar o montante da dívida mobiliária federal.
- (E) o Senado autorize a operação externa estadual apenas se houver garantia da União, cabendo ao Congresso deliberar nos demais casos.

67

Em 2017, o Estado Alfa editou ato de execução orçamentária para operacionalizar a desvinculação de receitas estaduais. A área técnica do referido ente pretendeu aplicar a desvinculação sobre:

- I. receitas de taxa de fiscalização;
- II. receitas de multas administrativas;
- III. parcelas de impostos pertencentes aos Municípios.

À luz do regime constitucional introduzido pela Emenda Constitucional nº 93/2016, podem ser desvinculadas as receitas indicadas em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

68

Durante a tramitação da Lei Orçamentária Anual (LOA), o Congresso Nacional reduziu dotações de custeio e investimento de setor do Poder Judiciário em relação à proposta inicialmente encaminhada, sem vício formal de iniciativa.

Entidade nacional de carreira, com regular legitimidade ativa, ajuizou ação direta de inconstitucionalidade contra o anexo da LOA, alegando violação à separação de poderes, desvio de finalidade do relator setorial e incompatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

À luz da jurisprudência e da legislação sobre normas orçamentárias, assinale a opção que indica a orientação adequada.

- (A) A ação direta não deve ser conhecida, pois anexos de lei orçamentária possuem efeitos concretos e não se submetem ao controle abstrato.
- (B) A redução parlamentar é inválida, pois a autonomia financeira do Judiciário impede alteração substancial da proposta orçamentária enviada.
- (C) O controle abstrato é cabível, mas a ausência de abuso específico recomenda deferência ao mérito da deliberação parlamentar.
- (D) O relatório da comissão mista vincula as Casas Legislativas, de modo que eventual viés declarado contamina a votação posterior.
- (E) O Judiciário deve compatibilizar, em controle abstrato, a LOA com o PPA e a LDO, substituindo a opção orçamentária parlamentar.

69

Durante a execução orçamentária, verificou-se que a dotação prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) para determinada ação de fiscalização era insuficiente. O Chefe do Poder Executivo editou medida provisória para reforçar a dotação já existente, indicando como fonte o excesso de arrecadação apurado no exercício e justificando a urgência administrativa da medida.

Nessa situação, à luz do regime constitucional e legal dos créditos adicionais, a providência adequada seria reconhecer que

- (A) a medida provisória é válida, pois o excesso de arrecadação permite a abertura direta de crédito suplementar pelo Executivo.
- (B) a medida provisória é válida, pois o reforço de dotação já existente não caracteriza matéria orçamentária autônoma.
- (C) a medida provisória é válida, pois a urgência administrativa autoriza o mesmo tratamento conferido aos créditos extraordinários.
- (D) a medida provisória é inválida, pois crédito suplementar exige autorização legislativa e não se confunde com crédito extraordinário.
- (E) a medida provisória é inválida, pois o excesso de arrecadação não pode servir como recurso para crédito adicional.

70

Em ação de desapropriação, o Poder Público realizou depósito inicial para imissão provisória na posse. Ao final do processo, a indenização definitiva foi fixada em valor superior ao depositado. O ente expropriante requereu que a diferença fosse paga por precatório, mas no processo judicial ficou demonstrado que ele não estava em dia com o pagamento de seus precatórios.

Nessa situação, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a providência adequada é

- (A) determinar o depósito judicial direto da diferença, em razão do atraso do ente no pagamento de precatórios.
- (B) expedir precatório da diferença, pois toda complementação indenizatória segue a ordem cronológica geral.
- (C) manter a diferença em precatório, condicionando apenas a transferência formal da propriedade à quitação futura.
- (D) converter a diferença em requisição de pequeno valor, pois a indenização expropriatória tem natureza especial.
- (E) exigir o depósito direto apenas dos juros, submetendo o valor principal complementar ao regime de precatórios.

71

No primeiro ano de mandato do Governador do Estado Alfa, a Secretaria de Planejamento prepara os projetos de lei do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Durante a tramitação, a Assembleia Legislativa pretende votar a LOA antes da LDO, sob o argumento de que ambas tratam do mesmo exercício financeiro. Paralelamente, consulta-se o Tribunal de Contas sobre sua atuação no ciclo orçamentário.

Nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A LOA pode ser aprovada antes da LDO, desde que o PPA já tenha sido encaminhado pelo Governador à Assembleia Legislativa.
- (B) A LDO pode ser dispensada no primeiro ano de mandato, pois suas funções são absorvidas pelo PPA estadual em elaboração.
- (C) A LDO deve orientar a elaboração da LOA, e o Tribunal de Contas atua no controle externo, sem substituir a deliberação legislativa.
- (D) O Tribunal de Contas deve aprovar previamente a LOA, cabendo à Assembleia apenas homologar a programação orçamentária.
- (E) Os créditos adicionais antecedem a LOA, pois servem para reservar dotações que ainda serão votadas no orçamento anual.

72

Uma lei estadual instituiu um fundo para o equilíbrio fiscal, condicionando a manutenção de benefícios fiscais de ICMS ao depósito de um percentual do benefício usufruído. A norma previu que os valores arrecadados seriam utilizados de forma geral para a recomposição fiscal do Estado, sem vinculação a programa governamental específico e detalhado.

Diante desse cenário e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei é constitucional, pois o STF reconheceu a validade de fundos atípicos cujas receitas não estão vinculadas a programa governamental específico e detalhado, tratando-os como redução de benefício fiscal.
- (B) A lei é constitucional, desde que o fundo seja formalmente instituído como unidade orçamentária com programação específica e detalhada na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (C) A lei é constitucional, desde que os valores arrecadados não comprometam a sistemática da não cumulatividade do ICMS, conforme exigência constitucional.
- (D) A lei é constitucional, desde que os valores arrecadados sejam excluídos da sistemática da não cumulatividade do ICMS.
- (E) A lei é inconstitucional, pois a exigência de depósito para manutenção de benefício fiscal de ICMS configura a instituição de uma contribuição financeira autônoma sem lei complementar.

73

Em auditoria das contas do Estado Alfa, a equipe técnica do Tribunal de Contas verificou que o Poder Executivo excluiu da despesa total com pessoal os valores correspondentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre a folha de pagamento e as despesas com inativos e pensionistas custeadas pelo Tesouro. A justificativa apresentada foi a de que o IRRF constituiria receita do próprio Estado e de que os inativos e pensionistas não integrariam a força de trabalho ativa.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da jurisprudência, assinale a afirmativa correta.

- (A) As exclusões são válidas, pois o IRRF retorna ao caixa estadual e os inativos não correspondem a pessoal em atividade.
- (B) As exclusões são inválidas, pois IRRF e inativos/pensionistas integram a despesa com pessoal, ressalvadas exceções legais.
- (C) Apenas a exclusão do IRRF é válida, pois a retenção na fonte descaracteriza desembolso financeiro definitivo do Estado.
- (D) Apenas a exclusão dos inativos é válida, pois a LRF limita despesa com pessoal à remuneração dos servidores ativos.
- (E) As exclusões são válidas se previstas em norma estadual, pois cada ente define a metodologia de apuração de seus limites.

74

Durante o exame das contas anuais do Estado Alfa, a equipe de auditoria do Tribunal de Contas identificou que determinada emenda à Constituição estadual passou a exigir que as emendas parlamentares impositivas fossem integralmente executadas no mesmo exercício financeiro, vedando o câmputo de despesas inscritas em restos a pagar para fins de cumprimento da execução orçamentária e financeira obrigatória. A Assembleia Legislativa justificou a regra como mecanismo de fortalecimento da efetividade orçamentária.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência, a orientação juridicamente adequada é a de que a norma estadual é

- (A) válida, pois a execução integral no exercício financeiro concretiza a força normativa das emendas parlamentares impositivas.
- (B) válida, pois a competência suplementar estadual permite restringir a inscrição em restos a pagar no orçamento local.
- (C) válida, desde que a vedação ao câmputo de restos a pagar seja aprovada por emenda à Constituição estadual.
- (D) inválida, pois cria regra local incompatível com o modelo federal de execução de emendas impositivas e de câmputo de restos a pagar.
- (E) inválida, pois as emendas parlamentares impositivas estaduais são incompatíveis com o regime constitucional orçamentário.

Noções de Direito Penal

75

No dia 10 de março de 2024, Bruno praticou conduta tipificada como crime X, cuja pena prevista à época era de reclusão, de 2 a 6 anos. Em 15 de setembro de 2025, enquanto a respectiva ação penal ainda aguardava a prolação da sentença, entrou em vigor a Lei Y, que alterou o preceito secundário do crime X para reclusão, de 3 a 5 anos.

A defesa técnica de Bruno requereu a aplicação isolada do mínimo previsto na lei anterior (2 anos) e do máximo previsto na lei nova (5 anos), sob o argumento da necessidade de observância ao princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica.

Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) O Juízo deve acolher o pedido da defesa e realizar a combinação de leis, pois o princípio da retroatividade da lei mais benéfica possui expressa previsão constitucional para garantir a máxima eficácia dos direitos fundamentais do réu.
- (B) A Lei Y configura hipótese de inovação legal híbrida, razão pela qual, em respeito aos princípios da legalidade e da razoabilidade, o Juízo deverá calcular a média aritmética entre as sanções fixadas para aplicar o resultado obtido à conduta de Bruno.
- (C) O Juízo deve aplicar integralmente a lei que, no caso concreto, revelar-se mais favorável ao réu após simular a dosimetria sob ambos os diplomas, sendo-lhe, entretanto, vedada a combinação de leis, o que violaria o princípio da legalidade.
- (D) Trata-se de hipótese de ultratividade da lei posterior, pois, como a respectiva ação penal ainda não havia transitado em julgado, deve haver aplicação imediata da nova lei ao caso, independentemente de ser ela prejudicial ou benéfica no câmputo final da pena.
- (E) Diante de leis que possuem preceitos simultaneamente benéficos e prejudiciais ao réu, o Juízo deverá, com base no princípio da proporcionalidade, empregar a lei antiga para os atos processuais e a lei nova para o direito material, operando-se a retroatividade mitigada para preservar a segurança jurídica.

76

Teófilo, cidadão britânico domiciliado em Londres, com o intuito de causar a morte de seu desafeto, Guilherme, cidadão francês que se encontrava a bordo de uma embarcação mercante de propriedade privada e bandeira brasileira, atracada no porto de Marselha, na França, envia, a partir da Inglaterra, uma encomenda contendo artefato explosivo camuflado.

O navio mercante parte rumo ao Rio de Janeiro e, três dias depois, ainda em alto-mar ou águas internacionais, Guilherme abre a encomenda no interior da cabine da embarcação. O artefato explode, causando lesões corporais gravíssimas em Guilherme, que sobrevive devido ao pronto atendimento da tripulação.

Contudo, em razão do impacto da explosão, um incêndio se alastra e destrói parte da carga pertencente a uma sociedade de economia mista do Estado do Ceará. O navio mercante aporta na cidade de Fortaleza no mesmo dia em que Teófilo é preso por autoridades brasileiras, quando estava em viagem turística na praia do Futuro.

Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta no que tange à possibilidade de aplicação da lei penal brasileira ao crime de tentativa de homicídio praticado por Teófilo contra Guilherme.

- (A) A lei penal brasileira é aplicável ao crime de tentativa de homicídio com base no princípio da territorialidade, pois a embarcação privada, por estar navegando em alto-mar com bandeira nacional, é considerada extensão do território brasileiro, aplicando-se a teoria do resultado para a fixação do lugar do crime.
- (B) Trata-se de hipótese de extraterritorialidade condicionada baseada no princípio da defesa real ou proteção, uma vez que o crime atingiu interesse de entidade da administração indireta brasileira, sujeitando o autor, ainda que seja cidadão estrangeiro, à lei nacional, independentemente do local onde o crime de homicídio se consumaria.
- (C) Aplica-se a lei penal brasileira por meio da extraterritorialidade condicionada baseada no princípio da nacionalidade passiva ou da personalidade passiva, exigindo-se tão somente, para a instauração da ação penal, que o agente estrangeiro ingresse no território nacional.
- (D) A lei penal brasileira aplica-se ao fato por força do princípio da territorialidade por extensão, uma vez que o crime foi praticado em alto-mar e a bordo de embarcação privada de bandeira brasileira, sendo aplicável a teoria da ubiquidade quanto ao lugar do crime.
- (E) A lei penal brasileira não poderá ser aplicada, pois incide a regra da extraterritorialidade incondicionada da lei britânica ou francesa, considerando-se que o agente e a vítima são cidadãos estrangeiros, bem como o fato de que todos os atos de execução da conduta criminosa ocorreram fora do território brasileiro.

Noções de Direito Tributário

77

Lei estadual instituiu alíquotas progressivas para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), variando o percentual conforme o valor do quinhão, do legado ou da doação. Em impugnação, determinado contribuinte sustentou que o imposto, por ter natureza real, não poderia ser graduado segundo a capacidade econômica do beneficiário.

À luz da Constituição Federal e do entendimento do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) A progressividade é constitucional, desde que a lei preveja a renda global do beneficiário como critério de graduação do imposto.
- (B) A progressividade é constitucional, pois o valor transmitido pode revelar capacidade econômica e justificar a graduação da carga tributária.
- (C) A progressividade é inconstitucional, pois o princípio da capacidade contributiva alcança apenas impostos pessoais sobre renda.
- (D) A progressividade é inconstitucional, pois impostos estaduais não podem adotar técnica de graduação por faixas de valor.
- (E) A progressividade é inconstitucional, pois a natureza real do imposto impede qualquer diferenciação de alíquotas em razão do valor da doação.

78

Após a inscrição regular do crédito tributário em dívida ativa, o Município encaminhou a respectiva certidão a protesto extrajudicial antes de ajuizar execução fiscal. A empresa devedora alegou que a medida seria inválida por constituir sanção política e por substituir indevidamente a cobrança judicial.

À luz da legislação tributária e do entendimento do STF, assinale a afirmativa correta sobre o protesto extrajudicial.

- (A) O protesto não é válido, pois a inscrição em dívida ativa autoriza apenas a execução fiscal como meio de cobrança.
- (B) O protesto não é válido, pois a publicidade do débito tributário configura sanção política, vedada em qualquer hipótese.
- (C) O protesto é válido somente após o ajuizamento da execução fiscal e a tentativa frustrada de penhora de bens.
- (D) O protesto é válido apenas para dívida ativa não tributária, pois a cobrança tributária exige processo judicial próprio.
- (E) O protesto é válido, pois constitui meio legítimo de cobrança extrajudicial da dívida ativa, sem configurar sanção política.

Noções de Direito Previdenciário e de Avaliação Atuarial

79

Ao se preparar para um concurso público, Regina se deparou, em um dos seus livros, com a definição da seguinte ferramenta de gestão e avaliação atuarial:

Projeções financeiras de longo prazo que estimam as entradas e saídas de recursos de um plano de benefícios. Seu objetivo é equilibrar o valor atual dos compromissos futuros com os ativos e contribuições projetados.

Assinale a opção que corresponde à definição apresentada.

- (A) Fluxos atuariais.
- (B) Regimes financeiros.
- (C) Reservas matemáticas.
- (D) Apurações de resultado.
- (E) Notas Técnicas Atuariais.

80

Clodoaldo, preocupado em garantir sua futura aposentadoria com um valor que permita a manutenção de sua qualidade de vida atual, aderiu a um regime financeiro no qual as suas contribuições são acumuladas e investidas ao longo do tempo para formar uma reserva. Nesse regime, os juros renderão sobre o montante acumulado para cobrir o compromisso da sua futura aposentadoria.

Assinale a opção que identifica corretamente o regime financeiro ao qual Clodoaldo aderiu.

- (A) Regime de capitais de cobertura.
- (B) Regime de repartição simples.
- (C) Regime misto.
- (D) Regime de capitalização.
- (E) Regime de jubilação.

Questão Discursiva (Contas Públicas)

Na auditoria das demonstrações contábeis de uma entidade do setor público, para verificação do cumprimento das normas contábeis, a equipe constatou que havia saldo de R\$ 1.600.000,00 referente ao ativo imobilizado no Balanço Patrimonial, em 31/12/2025.

Na data, o ativo imobilizado era formado por bens móveis e por bens imóveis. Na análise detalhada da composição do ativo imobilizado, foi verificado que havia bens de uso comum, bens de uso especial e bens dominicais, sendo o maior saldo referente aos bens de uso comum, tanto aos ativos de infraestrutura quanto aos bens do patrimônio cultural.

Com base na situação apresentada e nas normas contábeis aplicáveis:

- a) Defina bens de uso comum, bens de uso especial e bens dominicais;**
- b) Apresente quais características específicas devem ser consideradas na estimativa das vidas úteis dos ativos de infraestrutura e dos bens do patrimônio cultural, em comparação com a estimativa das vidas úteis dos demais ativos imobilizados;**
- c) Indique três características geralmente apresentadas pelos bens do patrimônio cultural; e**
- d) Explique como deve ser reconhecido e mensurado, no Balanço Patrimonial, um prédio histórico utilizado para a prestação de serviços à população.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

Realização

